

Arinos aponta avanço

Rio— Afinal, para que serve uma comissão pré-constituente se só a própria Constituinte pode aprovar a nova Carta Magna do País? Para o ex-ministro das Relações exteriores e ex-senador Afonso Arinos de Mello Franco, presidente da comissão Provisória de Estudos Constitucionais, ela facilitará e abreviará a tarefa dos futuros constituintes, ao oferecer-lhes um anteprojeto completo da Constituição, e será de grande valia para o aperfeiçoamento democrático do País, por promover o debate nacional sobre os grandes temas constitucionais.

Intensamente criticada

como elitista, quando de sua criação, em setembro do ano passado, sobretudo pela falta da presença operária, a comissão, ao longo dos trabalhos, acabou aprovando uma série de medidas avançadas ou, no mínimo, nada conservadoras.

Eis algumas dessas propostas apontadas como de caráter progressista: a jornada semanal de 40 horas, equiparação dos vencimentos dos aposentados ao do pessoal da ativa, aposentadoria para as donas de casa e as composeses, a criação de um Fundo federal para atender aos menores desamparados e as populações carentes.